



**Novos tempos,  
novos dias!  
Novas metas,  
novos sonhos!**



**EMERON**  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986  
Conhecimento a Serviço da Cidadania

## PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2025

# P r o v a

Porto Velho, 3 de fevereiro de 2025

### Instruções Gerais/Leia com atenção:

- 1 - Você recebeu sua Folha de Respostas e este Caderno contendo 40 questões objetivas.
- 2 - A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- 3 - O candidato só poderá deixar a sala após 60 minutos do início da prova.
- 4 - Verifique se as questões estão legíveis e sem rasura.
- 5 - Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- 6 - Marque as respostas à caneta (azul/preto) na folha de respostas, a qual não poderá ser substituída, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato.
- 7 - Será considerada nula a questão que estiver em branco ou que tiver mais de uma alternativa assinalada ou rasurada.
- 8 - Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 9 - Durante a prova, não será permitido ao candidato, o uso de aparelhos celulares, smartphones, tablets, computadores e outros aparelhos eletrônicos, devendo estes permanecer desligados.
- 10 - Ao término da prova, entregue a Folha de Respostas ao responsável pela sala.
- 11 - Aguarde o sinal do fiscal de provas para a abertura deste Caderno de Questões.

## DIREITO CIVIL

1. Paula firmou negócio jurídico com Diogo em 20/1/2014. Nessa data, as partes assinaram contrato de compra e venda de um veículo automotor pelo valor de R\$ 90 mil. No contrato escrito, Paula se comprometeu a pagar a Diogo esse em 10 parcelas de R\$ 9 mil, de modo que cada uma das parcelas teria como vencimento o dia 10 de cada mês, tendo sido o início do adimplemento fixado para 10/2/2014. Contudo, após o pagamento de quatro parcelas, Paula ficou desempregada e entrou em crise financeira, o que resultou no inadimplemento das demais prestações. Como Diogo conhecia Paula e não precisava do dinheiro naquele momento, resolveu protelar a cobrança da dívida. Após alguns anos, vislumbrando que não receberia o valor de forma amigável, Diogo, em 15/8/2021, protocolou ação judicial para cobrar de Paula o valor remanescente.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que, segundo as regras de prescrição e decadência e o entendimento do STJ, a cobrança de valores oriundos de responsabilidade contratual deve ser feita no prazo:

- A) prescricional de três anos após a data do inadimplemento, razão pela qual o pleito de Diogo não prosperará.
- B) prescricional de cinco anos após a data do inadimplemento, razão pela qual o pleito de Diogo não prosperará.
- C) prescricional de dez anos, razão pela qual o pleito de Diogo poderá prosperar.
- D) decadencial de dez anos, razão pela qual o pleito de Diogo poderá prosperar.

2. O prazo de prescrição da pretensão de ressarcimento de danos sofridos pelos moradores de casas atingidas pela queda, em 1996, de aeronave pertencente à pessoa jurídica nacional e de direito privado prestadora de serviço de transporte aéreo é de:

- A) 15 anos.
- B) 5 anos.
- C) 10 anos.
- D) 20 Anos

3. A decadência é instituto que, quando de sua ocorrência, fulmina o próprio direito, cuidando o Código Civil de contemplar previsões genéricas a seu respeito a partir do Art. 207 de referido diploma legal. Acerca da decadência, tem-se por oposta à previsão legal:

- A) Após consumada, não se admite a renúncia à decadência.
- B) À decadência convencional pode ser alegada qualquer grau de jurisdição.
- C) Decorrendo de previsão legal à decadência, deve o Juiz conhecê-la de ofício.
- D) À decadência aplica-se, a rigor, as regras que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

4. Ana e Roberto firmaram um contrato de prestação de serviços, no qual Ana, uma designer gráfica, comprometeu-se a criar e entregar todo o material de identidade visual para a nova empresa de Roberto, com um prazo de 60 dias. No entanto, após receber o primeiro pagamento, Ana passou a atrasar reiteradamente as entregas, alegando dificuldades de comunicação com Roberto. Sentindo-se prejudicado pela demora, Roberto notificou Ana para que cumprisse o contrato conforme o prazo estabelecido. Após nova demora sem justificativa plausível, Roberto decide rescindir o contrato e busca uma solução para minimizar os prejuízos causados pela inexecução parcial.

Com base nos princípios do Direito dos Contratos e considerando as possibilidades de rescisão e reparação, assinale a alternativa correta:

- A) Roberto pode exigir a restituição integral dos valores pagos e ainda solicitar uma indenização por perdas e danos, mesmo sem comprovar prejuízo.
- B) Ana poderá ser obrigada a finalizar o serviço, visto que Roberto já pagou a primeira parcela, sendo inviável a rescisão contratual.
- C) Roberto pode rescindir o contrato e exigir a restituição proporcional ao serviço não executado, além de solicitar uma indenização pelos danos comprovados.
- D) Ana poderá recusar a rescisão e exigir o pagamento integral do contrato, já que o atraso não constitui motivo suficiente para rescisão unilateral.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5. Considere o capítulo que trata de sentença no Código de Processo Civil (CPC) brasileiro e escolha qual das alternativas abaixo corresponde à principal característica que diferencia a sentença de outros pronunciamentos do juiz:

- A) É um ato jurisdicional que encerra o processo, sempre resolvendo o mérito.
- B) É um ato jurisdicional que pode ou não resolver o mérito e extingue a fase cognitiva do procedimento comum.
- C) É um ato interlocutório com efeitos definitivos sobre a lide.
- D) É sempre um pronunciamento que implica a extinção do processo sem resolução de mérito.

6. No que diz respeito à suspensão do processo, assinale a alternativa correta.

- A) Durante a suspensão, é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, inclusive no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- B) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de cinco dias.
- C) No caso de o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai, o período de suspensão do processo será de cinco dias.
- D) O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder um ano quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.

7. De acordo com o Código de Processo Civil “O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito”, traduzindo que a “indeclinabilidade” que constitui característica:

- A) da lide.
- B) do processo.
- C) do procedimento.
- D) da jurisdição.

8. O juiz poderá conhecer de ofício e a qualquer tempo as questões que seguem, de forma a promover a extinção do feito sem resolução do mérito, EXCETO:

- A) quando homologar a desistência da ação.
- B) quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- C) em caso de morte da parte, e a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- D) quando reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.

9. Com relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for despachada pelo Juiz, com determinação de citação do Réu.
- B) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.
- C) Durante a suspensão do processo o Juiz pode determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, mesmo nos casos de arguição de impedimento e de suspeição.
- D) O atual Código de Processo Civil admite suspensão do processo pela convenção das partes, desde que observe o prazo máximo de 1 (um) ano.

10. Acerca das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta.

- A) Aquele que opõe resistência injustificada ao andamento do processo é considerado como litigante de má-fé, sendo sua conduta também tipificada como ato atentatório à dignidade da jurisdição e cabendo a cumulação de multas previstas na legislação.
- B) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado, de plano, extinguirá o processo, sem o julgamento de seu mérito, não impossibilitando que se ajuíze nova ação, sanada a pendência.
- C) Do autor da ação, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no País ao longo da tramitação do processo sempre será cobrada caução suficiente para o pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária.
- D) Caso a sentença tenha sido proferida com fundamento em desistência, em renúncia ou reconhecimento do pedido, total ou parcialmente, todas as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.



11. São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, conforme determina o Código de Processo Civil de 2015,

- A) expor o direito em juízo conforme a verdade.
- B) não formular pretensão ou defesa quando ciente de que são polêmicas.
- C) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais de natureza final, não criando embaraços à sua efetivação, discutindo as de natureza provisória.
- D) declinar, no primeiro momento que lhe couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer

12. Suspende-se o processo:

- A) quando ocorrer a concessão de adoção por uma das advogadas do processo, sendo que esta suspensão é de 30 dias.
- B) quando ocorrer a concessão de adoção por uma das advogadas do processo, sendo que esta suspensão é de 60 dias.
- C) quando uma das advogadas do processo tornar-se mãe, sendo que esta suspensão é de seis meses.
- D) quando o único advogado patrono da causa tornar-se pai, sendo que esta suspensão é de oito dias.

## DIREITO ELEITORAL

13. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. A Lei 12.034/2009, por sua vez, inseriu na Lei 9.504/97, que do número de vagas resultante das regras previstas no artigo 10, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Com base no que dispõe a Violência Política de Gênero, assinale a alternativa correta sobre fraude à cota de gênero:

- A) a cota de gênero é analisada somente com base no cumprimento do percentual mínimo de candidatos(as) no momento da apresentação do Demonstrativo de Regularidade Partidária, pouco importando os atos de campanha seguintes.
- B) de acordo com verbete sumular do Tribunal Superior Eleitoral, a fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de todos os elementos dispostos na redação da norma.

C) o reconhecimento da fraude a cota de gênero acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, com prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

D) a fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros.

14. Maria fará 16 anos no dia das eleições para escolha de Prefeito e Vereador que ocorrerão no próximo ano; José tem 16 anos completos; e João, tem 35 anos e acabou de se alfabetizar, mas não deseja votar nas eleições que ocorrerão no próximo ano.

Nesses casos, observados os prazos legais e de acordo com a Resolução TSE nº23.659/2021, o alistamento de:

- A) Maria é facultativo, o de José facultativo e o de João obrigatório, sem imposição de multa pelo alistamento tardio.
- B) Maria é obrigatório, o de José facultativo e o de João obrigatório, sem imposição de multa pelo alistamento tardio.
- C) Maria é facultativo, o de José obrigatório e o de João obrigatório, com imposição de multa pelo alistamento tardio.
- D) Maria, de José e de João são facultativos.

15. Imagine que o partido político Delta participará das eleições em um Estado da Federação com direito a eleger vinte deputados federais.

Assinale a opção que apresenta uma quantidade correta de candidatos que poderão concorrer ao cargo de deputado(a) federal pelo referido partido.

- A) vinte homens – vinte mulheres
- B) sete homens – quatorze mulheres
- C) vinte homens – duas mulheres
- D) vinte e dois homens – oito mulheres

## DIREITO AMBIENTAL

16. Sobre a dimensão ecológica do meio ambiente o STJ destacou no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.175 - SP (2018/0031230-0):

I - Em relação à guarda do animal silvestre, em que pese à atuação do Ibama na adoção de providências tendentes a proteger a fauna brasileira, o princípio da razoabilidade deve estar sempre presente nas decisões judiciais, já que cada caso examinado demanda uma solução própria.

II - Nessas condições, a reintegração da ave ao seu habitat natural, conquanto possível, pode ocasionar-lhe mais prejuízos do que benefícios, tendo em vista que o papagaio em comento, que já possui hábitos de ave de estimação, convive há cerca de 23 anos com a autora.

III - Ademais, a constante indefinição da destinação final do animal viola nitidamente a dignidade da pessoa humana da recorrente, pois, apesar de permitir um convívio provisório, impõe o fim do vínculo afetivo e a certeza de uma separação que não se sabe quando poderá ocorrer.

A) I e II estão corretas.

B) I e III estão corretas

C) II e III incorretas.

D) Todas estão corretas

17. Na jurisprudência do STF (STF, ADI 3.540-MC, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 03/02/06.) quanto ao princípio do desenvolvimento sustentável é correto afirmar:

I - O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

II - Representa fator de obtenção do justo equilíbrio, entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais.

III - O direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. ”

A) Todas estão corretas.

B) I e II estão corretas.

C) I e III estão corretas.

D) II e III incorretas.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

18. Qual é um dos direitos básicos do consumidor de acordo com a Política Nacional de Relações de Consumo?

A) Direito à propriedade privada.

B) Direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços.

C) Direito à liberdade de expressão.

D) Direito à imunidade tributária.

19. A responsabilidade pelo fato do produto implica que:

A) O fornecedor não é responsável por acidentes de consumo, mesmo que previsíveis.

B) O fornecedor é responsável apenas se o consumidor não seguir as instruções de uso.

C) O fornecedor é responsável independentemente de culpa por danos causados por defeitos dos produtos.

D) O consumidor é sempre responsável por garantir a segurança dos produtos adquiridos.

20. Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao Banco de Dados e Cadastros de Consumidores à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

A) o armazenamento de dados sobre consumidores é uma atividade lícita e permitida pelo CDC, devendo somente respeitar os preceitos legais a fim de evitar abusos;

B) incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do

devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do

integral e efetivo pagamento do débito.

C) a inscrição do nome do consumidor no cadastro do SERASA deve

ser precedida de sua notificação.

D) se o consumidor possui negativação anterior, cabe dano moral por uma nova inscrição indevida.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

21. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a oferta e a publicidade à luz do Código de Defesa do Consumidor:

- A) O caráter vinculativo da oferta não apenas obriga o fornecedor a contratar, mas também a fazê-lo nos termos da informação ou publicidade veiculada.
- B) Para que se aplique o princípio da vinculação contratual da oferta, é necessário que a informação contenha certa precisão.
- C) A publicidade que se utiliza do medo ou superstição para persuadir o consumidor a adquirir o produto ou serviço é abusiva.
- D) A publicidade enganosa exige, para a sua configuração, a prova da vontade de enganar o consumidor.

## DIREITO PENAL

22. O Supremo Tribunal Federal decidiu que, até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém

- A) configuram feminicídio, na hipótese de crime de homicídio doloso, por identidade de razão e mediante adequação típica.
- B) constituem, na hipótese de crime de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe.
- C) ajustam-se à incriminação da Lei nº 7.716/1989, sem menção no julgado a qualificadora ou agravante para qualquer crime em espécie.
- D) possuem reflexo nas penas dos crimes de lesão corporal e ameaça pela incidência da agravante de motivo fútil.

23. O primeiro título do Código Penal é o de crimes contra a pessoa. Sobre esse título, marque a alternativa correta:

- A) A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado na gestação ou até as 3 (três) semanas posteriores ao parto.
- B) Responde por homicídio quem induz menor de 14 (quatorze) anos ao suicídio e este se consuma..
- C) Provocar aborto com o consentimento da gestante menor de 14 (quatorze) anos, tem pena de reclusão, de um a quatro anos.
- D) É crime exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial com pena aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se da negativa de atendimento resulta lesão corporal de natureza grave.

24. Os crimes contra a pessoa estão elencados no Título I da Parte Especial do Código Penal Brasileiro e, em seu Capítulo I, estão definidos os crimes contra a vida, dentre os quais compreende a conduta de:

- A) deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à pessoa inválida ou ferida, em grave e iminente perigo; ou deixar de pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.
- B) abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.
- C) provocar lesão corporal de natureza grave em gestante, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, ainda que com o consentimento da gestante para a prática do aborto.
- D) ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem com resultado qualificado pelo perigo à vida, enfermidade incurável, aceleração de parto ou aborto.

25. O crime de extorsão mediante sequestro:

A) Por ter como elemento ínsito à sua tipicidade a restrição de liberdade, inadmite o maior rigor punitivo pelo desvalor implicado ao resultado pelo tempo do sequestro, dada a raiz finalista de nosso Código Penal.

B) Em razão do princípio da legalidade, demanda, além da extorsão, o sequestro em sentido estrito, inviabilizada sua tipicidade em caso de cárcere privado, como a restrição em um porta-malas de veículo.

C) Permite a delação premiada com a redução da pena de um a dois terços, aplicável ao coautor denunciante somente em caso de efetiva libertação do sequestrado.

D) É qualificado quando praticado com o emprego de arma de fogo ou contra pessoa idosa, desde que comprovada essa condição nos autos.

26. O furto é um delito de prática corriqueira em todas as sociedades e consiste na ação humana de subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel. Assim, podem ser sujeitos passivos do crime de furto:

A) O autor, a vítima ou o locatário.

B) O proprietário, o possuidor ou o mero detentor.

C) O coautor, o partícipe ou o cúmplice.

D) O enfiteuta, o autor colateral ou o fiador.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

27. A respeito da disciplina jurídica do inquérito policial no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

A) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria, sendo possível o exercício da polícia judiciária também por autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

B) No curso do inquérito policial, o ofendido poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência, no entanto o indiciado não possui o mesmo direito, por se tratar o inquérito de mero procedimento administrativo, que não deve observância às garantias de contraditório e ampla defesa.

C) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências que entender convenientes ou oportunas.

D) O inquérito policial é público, sendo a divulgação de seu teor exigida pelo interesse da sociedade.

28. A respeito da prova no processo penal, considere o seguinte cenário: João é acusado de homicídio qualificado e a defesa alega legítima defesa como excludente de ilicitude, argumentando que ele agiu para proteger sua própria vida em confronto com a vítima. O Ministério Público, no entanto, insiste na versão de que João premeditou o crime e não havia situação de legítima defesa. Durante a instrução, as provas colhidas não são conclusivas, havendo dúvidas significativas sobre as circunstâncias dos fatos. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre o ônus da prova e o princípio aplicável à resolução da controvérsia:

A) Diante da alegação de legítima defesa, o ônus da prova recai sobre João, que deve demonstrar de forma cabal que agiu em situação de perigo iminente, sob pena de ser condenado.

B) O Ministério Público deve provar a inexistência da legítima defesa, mas caso as provas colhidas não sejam suficientes para afastar a excludente, o juiz deve condenar João, aplicando o princípio do in dubio pro societate.

C) Diante da dúvida quanto à configuração da legítima defesa, o juiz deve aplicar o princípio do in dubio pro reo, absolvendo João, já que o ônus da prova sobre a ilicitude recai sobre o Ministério Público.

D) Mesmo que haja dúvidas sobre a ocorrência da legítima defesa, João deverá ser condenado, pois o princípio da presunção de inocência não se aplica quando há alegação de excludente de ilicitude.

29. A respeito do inquérito policial e sua natureza, considere o seguinte caso: José foi acusado de ter praticado um crime de roubo em uma loja de eletrônicos. Durante a investigação, a polícia civil instaurou inquérito policial para apurar os fatos. No entanto, José não foi ouvido durante essa fase, e sua defesa alegou que o inquérito seria nulo, uma vez que ele não teve a oportunidade de se manifestar. Considerando as características e o regime jurídico aplicável ao inquérito policial, assinale a alternativa correta:

A) A nulidade alegada pela defesa de José procede, pois a ausência de oportunidade para manifestação do investigado compromete o contraditório e a ampla defesa, direitos fundamentais garantidos no âmbito de qualquer investigação criminal.

B) A ausência de oitiva do investigado no inquérito policial não gera nulidade, pois essa fase tem natureza inquisitorial e destina-se exclusivamente à coleta de elementos de informação, não havendo necessidade de contraditório.

C) O inquérito policial é um procedimento que se submete aos mesmos princípios constitucionais aplicáveis ao processo judicial, como o contraditório e a ampla defesa, sendo obrigatória a participação do acusado desde o início das investigações.

D) O inquérito policial, embora tenha caráter inquisitorial, pode ser anulado se a defesa provar que houve abuso de autoridade por parte da polícia civil, independentemente da ausência ou não de oitiva do investigado.



30. Sobre as prisões cautelares previstas no Código de Processo Penal, imagine a seguinte situação: Maria foi presa em flagrante por supostamente ter participado de um esquema de fraude em licitações. Durante a audiência de custódia, o juiz decidiu pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, considerando a gravidade abstrata do crime e a comoção social gerada pela operação policial. A defesa de Maria alega que a prisão preventiva foi decretada sem que houvesse fundamentação suficiente nos termos da legislação processual penal. Diante desse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete o regime jurídico da prisão preventiva:

A) A prisão preventiva de Maria foi corretamente decretada, pois o crime de fraude em licitações é considerado grave e pode comprometer a ordem pública, justificando a cautela de sua prisão.

B) A prisão preventiva não poderia ter sido decretada, pois a fundamentação na gravidade abstrata do crime e na comoção social não atende aos requisitos legais exigidos para a imposição dessa medida cautelar.

C) A prisão preventiva foi adequadamente imposta, uma vez que a prisão em flagrante permite ao juiz, na audiência de custódia, converter a prisão em medida cautelar preventiva quando há risco à ordem pública, sem necessidade de fundamentação específica.

D) A prisão preventiva de Maria deveria ser mantida, pois a presença da comoção social e da gravidade abstrata do crime são suficientes para justificar a necessidade de manutenção de sua custódia cautelar até o julgamento.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

31. O Estado X dispôs sobre a aceitação dentro do estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

A) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.

B) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.

C) O estado X só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.

D) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.

32. Lei do Município de Porto Velho-RO dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Estado de Rondônia pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

A) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

B) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.

C) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

D) O Governador do Estado de Rondônia não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

33. Há garantia constitucional da igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres (art. 5º, I da Constituição Federal). O Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminações contra as Mulheres (CEDAW) de 1979, segundo o qual, a adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação (art. 4º). Com essas informações, avalie a alternativa correta acerca do acesso aos tribunais de segundo grau de jurisdição:

A) O Poder Judiciário não integra os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 da ONU.

B) No acesso aos tribunais de 2º grau que não alcançaram, no tangente aos cargos destinados a pessoas oriundas da carreira da magistratura, a proporção de 50% por gênero, as vagas pelo critério de merecimento serão preenchidas por intermédio de editais abertos de forma alternada para o recebimento de inscrições mistas, para homens e mulheres, ou exclusivas de mulheres, observadas as políticas de cotas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, até o atingimento de paridade de gênero no respectivo tribunal.

C) Para fins de preenchimento das vagas relativas à promoção pelo critério de merecimento, os quintos sucessivos, aplicam-se a ambas as modalidades de edital de inscrição (misto ou exclusivo de mulheres) e devem ser aferidos a partir da lista de antiguidade, com a observância da política de cotas do Conselho Nacional de Justiça.

D) A Resolução 525/2023, que trata da ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau, aplica-se às Justiças Eleitoral e Militar.



34. Com relação ao poder constituinte, assinale a opção correta.

A) O Poder Constituinte Derivado, como poder jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.

B) Por expressa previsão constitucional, o titular do Poder Constituinte é o Estado. Entretanto, o exercício desse poder é do povo.

C) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

D) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

35. A Câmara Municipal do Município Y aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal. Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

A) Constitucional.

B) Inconstitucional, por vício de iniciativa.

C) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.

D) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.

## DIREITO EMPRESARIAL

36. De acordo com o Direito Empresarial, disciplinado pelo Código Civil, assinale a afirmativa correta:

A) Aquele que explora atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores, é considerado empresário, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

B) Ainda que legalmente impedido, quem exercer a atividade empresarial não responde pessoalmente pelas obrigações contraídas e sim a pessoa jurídica que representa.

C) A lei assegurará ao empresário rural e ao pequeno empresário, tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, quanto à inscrição e respectivos efeitos.

D) Em nenhuma hipótese poderá o incapaz exercer a atividade empresarial, já que privativa de quem estiver em pleno gozo da capacidade civil.

37. Conforme o que estabelece a Lei 10.406/2002, assinale a alternativa correta:

A) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real

B) O empresário individual adquire personalidade jurídica com a inscrição de sua firma individual no Registro Público de Empresas Mercantis.

C) O maior de 16 anos e menor de 18 anos, ainda que tenha economias próprias, jamais pode se estabelecer como empresário, pois não atingiu a maioridade e, portanto, é incapaz para a prática de atos.

D) O Código Civil determina que se aplique às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade, sendo entendimento pacífico da doutrina brasileira que o nome empresarial deve ser compreendido como direito da personalidade do empresário.

38. Analise as proposições sobre as sociedades empresárias, assinale a alternativa correta:

A) Nas sociedades por ações, compete privativamente à assembleia geral eleger os diretores da companhia.

B) O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, permitida contribuição que consista em prestação de serviços.

C) Nas omissões do Código Civil e do contrato social, a sociedade limitada rege-se pelas normas atinentes à sociedade anônima.

D) Por expressa previsão legal, independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

39. Considerando a disciplina aplicada às sociedades empresárias, assinale a opção correta:

A) Na sociedade anônima, a participação do sócio no capital social, é denominada cota.

B) Para ser administrador de sociedade limitada ou anônima, é necessário ser sócio.

C) Por expressa disposição legal, a sociedade em conta de participação deve operar sob firma ou denominação.

D) O contrato social, instrumento assinado pelos sócios para ajustamento de seus interesses recíprocos, é o ato celebrado entre os sócios da sociedade limitada.

**LEI ORGANICA DA MAGISTRATURA  
NACIONAL – LOMAN**

40. (LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL)  
Determinada Unidade da Federação, por meio de Lei Estadual estabeleceu como critério para preferência e desempate na lista de promoção por merecimento a antiguidade na entrância, no serviço público e na carreira. Com base em precedentes do Supremo Tribunal Federal e Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, escolha a opção CORRETA:

A) O artigo 99, da Constituição Federal garante autonomia administrativa, financeira e organizacional ao respectivo Poder Judiciário Estadual, o que torna a lei mencionada constitucional.

B) A regulamentação de temas sobre a organização da magistratura tem de ser feita por lei da União, de iniciativa do Supremo, e a jurisprudência do STF entende que, até que seja editada essa norma, a matéria será regulada pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

C) A utilização de tempo de serviço público como critério para desempate na promoção de magistrado já foi declarado inconstitucional pelo STF, por possibilitar tratamento desigual entre magistrados de carreira, em contrariedade ao princípio da isonomia.

D) O único pressuposto temporal previstos na Constituição Federal e na Loman é a integração da primeira quinta parte da lista de antiguidade.



Novos tempos,  
novos dias!  
Novas metas,  
novos sonhos!



**EMERON**  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986  
Conhecimento a Serviço da Cidadania

## PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2025

### INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. USE EXCLUSIVAMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA COMUM AZUL/PRETO.
2. NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.
3. NÃO FAÇA QUALQUER MARCA OU ANOTAÇÃO FORA DOS LOCAIS PREVISTOS.
4. PREENCHA, COMO INDICADO AO LADO, A ALTERNATIVA CONSIDERADA CORRETA.

PREENCHIMENTO CORRETO → ●

NÃO PREENCHA ASSIM → ● × ✓ \*

Nome:

CPF nº:

### FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÕES 01 a 10	
01	(A) (B) (C) (D)
02	(A) (B) (C) (D)
03	(A) (B) (C) (D)
04	(A) (B) (C) (D)
05	(A) (B) (C) (D)
06	(A) (B) (C) (D)
07	(A) (B) (C) (D)
08	(A) (B) (C) (D)
09	(A) (B) (C) (D)
10	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 11 a 20	
11	(A) (B) (C) (D)
12	(A) (B) (C) (D)
13	(A) (B) (C) (D)
14	(A) (B) (C) (D)
15	(A) (B) (C) (D)
16	(A) (B) (C) (D)
17	(A) (B) (C) (D)
18	(A) (B) (C) (D)
19	(A) (B) (C) (D)
20	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 21 a 30	
21	(A) (B) (C) (D)
22	(A) (B) (C) (D)
23	(A) (B) (C) (D)
24	(A) (B) (C) (D)
25	(A) (B) (C) (D)
26	(A) (B) (C) (D)
27	(A) (B) (C) (D)
28	(A) (B) (C) (D)
29	(A) (B) (C) (D)
30	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 31 a 40	
31	(A) (B) (C) (D)
32	(A) (B) (C) (D)
33	(A) (B) (C) (D)
34	(A) (B) (C) (D)
35	(A) (B) (C) (D)
36	(A) (B) (C) (D)
37	(A) (B) (C) (D)
38	(A) (B) (C) (D)
39	(A) (B) (C) (D)
40	(A) (B) (C) (D)

**NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.**